



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Memorando CCI

À Coordenadoria Técnico-Jurídica,

Tendo em vista o despacho SGP 1438173, e em observância ao Memorando CCI, venho informar as seguintes questões no que tange aos itens 54.2, 54.3 e 54.4 do Memorando CCI 1323829 (Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2020 - IN TCU 84/2020 - Recomendações e Auditoria):

Cumprimento de recomendações da auditoria interna atendidas no exercício- informação complementar

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC	
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	
Deliberações expedidas pela Presidência	
Relatório de Auditoria	SEI 0005477-30.2019.6.13.8000
54.2. Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP / Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC, para que: 54.2. Implemente política de recadastramento periódico, com apresentação de declaração, pelo servidor, de que o seu dependente não ingressou no ensino fundamental e, nos casos em que tenha ingressado, exija declaração ou atestado fornecido pela escola, informando a data em que ocorreu o ingresso e o ano escolar no qual o dependente encontra-se matriculado;	

Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:

O controle feito por meio do cadastramento periódico, em relação ao programa de assistência pré-escolar, já tem sido adotado por esta Seção, sendo realizado de maneira anual; e, neste ano, o cadastramento está sendo realizado neste mês de março. Informo, também, a tomada de providências para adequação ao proposto nesta auditoria, no que diz respeito à apresentação de declaração pelo servidor certificando que o seu dependente não ingressou no ensino fundamental e, nos casos em que tenha ingressado, exija declaração ou atestado fornecido pela escola, informando a data em que ocorreu o ingresso e o ano escolar no qual o dependente encontra-se matriculado.

Sector Responsável pela Implementação: SEBEC**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa: Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC****Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais****Deliberações expedidas pela Presidência****Relatório de Auditoria****SEI 0005477-30.2019.6.13.8000****54.3. Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP / Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC, para que:**

54.3. Doravante, observe se o efeito financeiro do benefício está ocorrendo a partir da data de solicitação do cadastramento do dependente, por parte do servidor, nos termos do art. 8º da Resolução TSE nº 23.116/2009;

Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:

Em respeito ao art. 8ª da Resolução TSE nº 23.116/2009, esta Seção apenas concede o benefício da assistência pré-escolar a partir da data da solicitação do cadastramento, gerando efeitos financeiro somente a partir de então, uma vez que, segundo o próprio normativo que embasa a concessão deste benefício, é vedado o pagamento de importâncias retroativas. Sendo assim, o início do pagamento está sendo observado.

Setor Responsável pela Implementação: SEBEC

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa: Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Deliberações expedidas pela Presidência

Relatório de Auditoria

SEI 0005477-30.2019.6.13.8000

54.4. Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP / Seção de Benefícios e Gestão de Comissionamento - SEBEC, para que:

54.4. Exija, no recadastramento periódico declaração atualizada do servidor, de que o seu dependente não ingressou no ensino fundamental, bem como, em casos de guarda ou tutela, declaração de que o dependente permanece sob a sua guarda ou sob a sua tutela.

Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:

Esta Seção informa que providenciará, ainda neste mês, o sugerido nesta auditoria, passando a exigir, no recadastramento periódico, declaração atualizada do servidor, de que o seu dependente não ingressou no ensino fundamental, bem como, em casos de guarda ou tutela, declaração de que o dependente permanece sob a sua guarda ou sob a sua tutela.

Setor Responsável pela Implementação: SEBEC



Documento assinado eletronicamente por **RAMON NAVARRO FRANCO DA FONSECA**,
Chefe de Seção em substituição, em 10/03/2021, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1464382** e o código CRC **32927B50**.
